



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

Nº PROCESSO: eTC-6999/989/20  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA  
ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE 2021

**Senhora Assessora Procuradora – Chefe:**

Trata o feito das contas da Prefeitura de **SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA**, relativas ao exercício de **2021**. Diante das ocorrências apontadas pela Fiscalização (**evento 41.32**), os interessados foram notificados (**evento 45.1**) e arrazoado foi juntado ao feito. Em cumprimento a r. Determinação (**evento 66.1**), opino, considerando os aspectos econômico-financeiros.

➤ **Resultado da Execução Orçamentária (Item B.1.1).**

Assevera a Sra. Prefeita (**evento 60.1**) que os Créditos Adicionais Especiais representaram 28,60% da Despesa Fixada e que 21,15% referem-se a Créditos Especiais abertos para despesas com convênios (sem evidenciá-los), sendo que estes não integram as peças de planejamento. Argumenta que o percentual de Receitas e Despesas Correntes está dentro do limite legal, não sendo necessário qualquer implementação.

*Considerando todos os órgãos, a Origem abriu créditos adicionais e realizou transferências, remanejamentos e/ou transposições de R\$ 18.722.549,61 (47,91% da Despesa Fixada inicial), a abertura créditos em nível superior à inflação contraria a LRF, que traz alerta no sentido de moderação, visando manter as diretrizes orçamentárias (Comunicado SDG 32/15)<sup>1</sup>; uma vez que não causou desajuste fiscal, proponho recomendação. O resultado de 89,29% da Receita Corrente Arrecadada X Despesa Corrente Empenhada ultrapassou o limite do § 1º do art. 167-A (85%) da CF, merecendo alerta, uma vez que não ultrapassou o caput do art. (95%).*

➤ **Precatórios (Item B.1.5.1).**

Alega que, apesar da pesquisa junto ao DEPRE se detectar Precatório de R\$ 16.761,97 registrado no TJSP não quitado e sem depósitos nas contas do TJ, o referido depósito ocorreu na conta do juízo de origem, sendo julgado extinto o processo.

*A veracidade da alegação poderá ser comprovada em futura Fiscalização, podendo ser relevada na presente análise.*

**CONCLUSÃO**

Apesar das falhas detectadas, entendo que as mesmas não tem o condão de macular a totalidade das contas, podendo ser

<sup>1</sup> **COMUNICADO SDG Nº 32/2015:** O TCESP, em sua permanente tarefa de orientação a seus jurisdicionados, recomenda a observância de aspectos relevantes na elaboração das leis orçamentárias anuais que podem, assim, ser resumidos: (1) Aprimoramento nos procedimentos de previsão de receitas e fixação de despesas na proposta orçamentária, que devem preservar o equilíbrio previsto na LRF, de molde a evitar demasiadas modificações durante sua execução, como tem sido reiteradamente apontado por esta Corte.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

encaminhadas ao campo das recomendações; pois, no geral, a condição econômico-financeira apresentada demonstra que a Prefeitura está caminhando na direção do Princípio da Gestão Equilibrada, preconizado no § 1º, do art. 1º, da LRF. Obteve um Superávit Orçamentário de R\$ 2.290.745,54 (4,81%), elevando o Resultado Financeiro em 44,17% (R\$ 8.082.657,11), evidenciando a existência de recursos disponíveis para o total pagamento das dívidas de curto prazo; incremento no Resultado Econômico de 33,55% (R\$ 7.218.131,82) e de 8,28 no Sado Patrimonial (R\$ 58.060.385,89); alterações orçamentárias de 47,91%; investimentos de 3,40%; superou o limite do § 1º do art. 167-A (85%) da CF, com 89,29%, mas não o *caput* (95%); não foram constatadas irregularidades nas Receitas/Despesa da Gestão de enfrentamento da Pandemia; aumento de 0,59% da Dívida Consolidada; pagou Precatórios e o Balanço Patrimonial registrou corretamente a dívida; quitou Requisitórios de Baixa Monta; recolheu encargos e parcelamento; dispõe do CRP; não foi constatado repasse de depósitos judiciais/extrajudiciais ou pendências de exercícios anteriores; os repasses à Câmara obedeceram o limite da CF; e, não foram encontradas divergências entre os ados da Origem e do Audesp.

Na análise do ÍEGM, as condições dos serviços públicos e os recursos mobilizados para a sua execução apresentaram-se insatisfatórios e estagnados, com exceção do i-Fiscal, necessitando avançar na qualidade de sua gestão e adotar medidas que busquem melhorar a prestação dos serviços públicos: tanto o IEG-M como o i-Planejamento permaneceram em C (baixo nível de adequação) e o i-Fiscal elevou-se de C+ (em fase de adequação) para B (efetiva).

Assim, manifesto-me, quanto aos aspectos econômico-financeiros, pela emissão de **Parecer Favorável às contas do exercício de 2021 da Prefeitura de SÃO LUIZ DO PARAITINGA**; ressaltando que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À elevada consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 13 de outubro de 2022.

Valter Stevan Sartori  
Assessoria Técnica